

BOLETIM 428

Brasília, 12 de setembro de 2017

Centrais Sindicais e empresários cobram do governo a retomada imediata do emprego

EVENTO OCORRIDO NO PLANALTO CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA CONTRICOM

Força Sindical, CSB, CTB, UGT e Nova Central e dirigentes empresariais se reuniram hoje pela manhã com o presidente Michel Temer para tratar de propostas emergenciais para a retomada do emprego no País.

As Centrais Sindicais, entidades representativas de diversos setores e empresários entregaram ao presidente o documento “Uma Pauta para Retomada do Desenvolvimento Econômico e da Geração de Emprego” – com propostas de medidas de curto prazo, visando acelerar o processo de retomada do crescimento. A pauta é resultado do encontro entre empresários e Centrais Sindicais realizado em 21 de agosto na sede da Fiesp, em São Paulo.

Segundo comunicado conjunto, o “grande objetivo nacional” da atualidade é tirar a economia brasileira da maior crise econômica de sua história. “O PIB teve queda próxima a 8%, gerando um saldo de 14 milhões de brasileiros desempregados, provocando o fechamento de milhares de empresas, deixando famílias e empresas endividadas”, diz o texto.



Mazinho na solenidade no Planalto durante a entrega do documento em defesa do emprego



Mazinho e Raimundo Salvador, presidente do STICMB – Distrito Federal e Entorno

Pauta - “Temos pressa na retomada do desenvolvimento econômico e na criação de empregos, e é por isso que nós, do setor produtivo, reunimos representantes dos trabalhadores e das empresas e construímos um conjunto de propostas de curto prazo para acelerar a retomada do crescimento”, ressalta o documento.



Mazinho, Negreiros (SINDIRETA-DF), Calixto (Presidente da NCST) e Ibraim (SINDIRETA-DF) durante a solenidade no Palácio do Planalto

CONTRICOM – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa- Mazinho, compareceu à solenidade e, mais uma vez, cobrou do governo mais investimentos para o segmento da construção civil.

Mazinho lembrou que “por ser um dos setores mais dinâmicos da economia, responsável por mais de 50 cadeias produtivas, é indispensável e urgente a retomada dos investimentos na construção como a medida mais eficiente para a recuperação da economia e dos empregos que foram destruídos ao longo dos últimos anos”.

O presidente da CONTRICOM aproveitou a oportunidade para cobrar pessoalmente do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e do secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda, “a reativação imediata da Mesa da Construção, como um instrumento fundamental para debelar a crise que atinge o setor e promover os empregos que os trabalhadores estão esperando”. Segundo Mazinho, o ministro ficou de dar uma resposta a mais uma solicitação da CONTRICOM.

Fonte: Agência Sindical/comunicação CONTRICOM

Ministra do TST diz que reforma do trabalho será aplicada à luz de direitos constitucionais

Maior alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde sua criação, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), que passará a valer no dia 11 de novembro, poderá não ser aplicada exatamente como foi aprovada. Magistrados, procuradores e advogados afirmaram durante audiência pública promovida nesta segunda-feira (11) pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho que a norma está contaminada por inúmeras inconstitucionalidades e retrocessos.

Como a reforma trabalhista é uma lei ordinária, magistrados afirmam que ela não poderá se sobrepôr aos direitos e garantias assegurados pela Constituição nem tampouco violar convenções globais das quais o Brasil é signatário. Entre os pontos considerados inconstitucionais, está a prevalência do negociado sobre o legislado, princípio central da reforma, que contrariaria o artigo 7º da Constituição Federal na avaliação de participantes do debate.

— Fizemos um juramento de julgar e vamos aplicar a lei ordinária que aprovou a reforma trabalhista, mas não vamos aplicá-la isoladamente. É uma lei trabalhista que se insere à luz da proteção constitucional e à luz da legislação internacional - afirmou a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Arantes.

Pressa - Apresentado em dezembro pelo governo federal, o projeto de reforma levou sete meses para virar lei. Por se tratar de um tema



Ministra Delaídes Arantes: não vamos aplicar a reforma trabalhista isoladamente

complexo, a reforma trabalhista deveria ter passado por um debate mais amplo na opinião dos participantes do debate. O texto sofreu mudanças na Câmara dos Deputados, mas não foi modificado no Senado após um acordo com o Palácio do Planalto. Em carta lida pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o presidente Michel Temer comprometeu-se a editar uma medida provisória para modificar alguns pontos da reforma, como a questão que envolve a não obrigatoriedade do imposto sindical e a permissão do trabalho de gestantes e lactantes em condições insalubres.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que conduziu a reunião, e a presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Regina Sousa (PT-PI), queixaram-se da pressa com que a base governista levou o projeto à votação na Casa.

Retrocessos - O procurador do Trabalho, Helder Amorim, condenou a possibilidade de trabalhadores e empregadores negociarem livre e diretamente seus interesses, de modo que a Justiça do trabalho não possa anular acordos. Segundo

Amorim, o “negociado sobre o legislado” ignora que o trabalhador é hipossuficiente, ou seja, é mais frágil nas relações de trabalho:

Para Gabriela Delgado, professora da Universidade de Brasília (UnB), é um mito afirmar que a reforma promoverá a modernização da legislação trabalhista.

Maximiliano Nagl Garcez, diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino Americana de Advogados Laboralistas, disse que o trabalhador, sem uma proteção minimamente adequada, será transformado em mercadoria durante o tempo de trabalho.

Fonte: Agência Senado

PF diz ter provas de crimes cometidos por Temer e cúpula do PMDB

Inquérito da Polícia Federal (PF) concluído nesta segunda-feira (11) apresenta indícios da prática de crimes por parte do presidente Michel Temer e demais integrantes do chamado “grupo do PMDB da Câmara”, segundo nota divulgada nesta segunda-feira pela PF. De acordo com as investigações, o grupo seria composto pelos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e da Secretaria de Governo, Moreira Franco, além dos ex-ministros Geddel Vieira Lima e Henrique Eduardo Alves, e do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha.

De acordo com a PF, a cúpula do PMDB mantinha “estrutura organizacional com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens



indevidas em órgãos da administração pública direta e indireta”. Ainda segundo o inquérito, que será enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o grupo praticou os crimes de corrupção ativa, passiva, lavagem de dinheiro, fraude em licitação e evasão de divisas.

Outro lado - Em nota, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República informou que Temer “não participou e nem participa de nenhuma quadrilha”. A assessoria de imprensa do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, informou que ele só irá se pronunciar “quando e se houver acusação formal contra ele que mereça resposta”

Também por meio da assessoria de imprensa, o ministro Moreira Franco afirmou que jamais participou de qualquer grupo para a prática de ato ilícito. Henrique Eduardo Alves divulgou nota em que diz que faz parte do PMDB há mais de 40 anos e não de uma organização criminosa. “A tentativa de criminalizar a atividade política enfraquece a democracia e a sua inocência será provada ao longo do processo”, disse.

Defesas de Geddel e Cunha foram procuradas e não responderam a reportagem até o fechamento desta edição

Presos - Eduardo Cunha, Henrique Eduardo Alves, Geddel Vieira Lima estão presos após investigações da Operação Lava Jato. Cunha está preso em Curitiba, por ordem do juiz Sérgio Moro, desde 19 de outubro de 2016. Em março de 2017 foi condenado a 15 anos e quatro meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas e, em 18 de maio de 2017, teve novo mandado de prisão expedido pela Justiça.

O ex-ministro Geddel Vieira Lima voltou a ser preso, na última sexta-feira (8), em Salvador,

três dias após a Polícia Federal encontrar mais de R\$ 51 milhões, atribuídos a ele, em um apartamento. Anteriormente, ele havia sido preso preventivamente no dia 3 de julho de 2017, na Operação Greenfield, que investiga desvio de fundos de pensão.

Fonte: Agência Brasil

Paulo Paim: sistema previdenciário é viável

Em pronunciamento nesta segunda-feira, o senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a reforma da Previdência que tramita no Congresso e afirmou que a sociedade está muito preocupada com as frequentes denúncias de corrupção ocorridas no país.

Segundo Paim, enquanto os cidadãos se revoltam, o governo federal insiste em falar da reforma da Previdência. Para o senador, Michel Temer e ministros parecem ignorar os casos de corrupção divulgados diariamente pelos veículos de comunicação.

Paulo Paim também informou que o relatório final da CPI da Previdência vai provar que o sistema é viável, sem necessidade de uma reforma.

— Não é necessário fazer essa reforma. O que é preciso nós vamos apresentar o caminho: mudar, melhorar, aperfeiçoar a gestão da Previdência. Quem deve para a Previdência terá que pagar — frisou.

Fonte: Agência Câmara



Comissão exclui incidência de contribuição previdenciária sobre aviso prévio em demissão sem justa causa

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que exclui explicitamente da Lei Orgânica da Seguridade Social (8.212/91) a incidência de contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, que é pago pelo empregador ao funcionário demitido sem justa causa.

O relator da matéria, deputado João Paulo Kleinübing (PSD-SC), concluiu que a medida não implica aumento ou diminuição de receita ou despesa públicas.

Mesmo não cabendo manifestação quanto ao mérito, o relator argumenta no parecer que a inclusão do aviso prévio indenizado na base de cálculo da contribuição previdenciária “contraria o texto constitucional, desconsidera a jurisprudência dos tribunais superiores, aumenta o encargo tributário do empregador e, por consequência, desestimula a contratação de novos empregados”.

Compensação - O aviso prévio indenizado é uma compensação paga pelo empregador quando este decide demitir sem justa causa o funcionário contratado por tempo indeterminado, sendo o mesmo liberado de imediato de comparecer à empresa.

Conforme o entendimento dos tribunais, o aviso prévio não se caracteriza como uma retribuição recebida pelo empregado por uma atividade efetivamente realizada.

Fonte: Agência Câmara

Seguridade aumenta prazo para revisão de benefício previdenciário quando houver demora da Justiça

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que concede aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) um prazo maior para requerer a revisão do valor do seu benefício, nas situações em que houver demora da Justiça para chegar a uma decisão sobre reclamações. Atualmente, esse prazo é de dez anos em qualquer caso, contados a partir da concessão do benefício.

Porém, nas situações de demora judicial, tal prazo começará a contar do trânsito em julgado, desde que a reclamação trabalhista tenha sido apresentada dentro dos dez anos iniciais.

Alterações - A medida está prevista no substitutivo apresentado pelo deputado Jorge Solla (PT-BA) aos projetos de lei 2804/11, do Senado, e 3768/12, do deputado Luis Tibé (PTdoB-MG), que tramitam em conjunto e tratam do assunto.

Originalmente o projeto do Senado, que é o principal, acaba com o prazo de dez anos previsto hoje na Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91). Jorge Solla, no entanto, resolveu manter o prazo por entender que dez anos é um período razoável para que o segurado perceba qualquer erro no cálculo do seu benefício.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara



Neivo, do Sindmarceneiros de Porto Alegre, recebe a carteira da OAB-RS

Em cerimônia muito concorrida, o presidente do Sindicato dos Marceneiros de Porto Alegre, Neivo Adair Polaczinski, recebeu sua carteira de advogado da OAB-RS, durante evento em que esteve presente o presidente da FETICOM-RS e secretário de Finanças da CONTRICOM, Aroldo Pinto Garcia *(foto)*.

Aroldo, representando a Federação e a Confederação, cumprimentou Neivo “por mais esta conquista importante na sua formação pessoal, o que certamente contribuirá – e muito – para o desempenho de suas atividades à frente da importante entidade que preside”.

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)



Neivo e Aroldo, acompanhados de suas esposas, durante o encontro Farroupilha



Intensa e empolgante a participação na festa

1º Encontro Farroupilha

O Sindimarceneiros de Porto Alegre, presidido por Neivo Adair Polaczinski, promoveu o 1º Encontro Farroupilha dos Pica-Pau, na Colônia de Férias no município de Imbé (RS). O evento inédito contou com a participação de dirigentes sindicais e integrantes da categoria, além do presidente da FETICOM-RS e secretário de Finanças da CONTRICOM, Aroldo Garcia, com sua esposa.

Fonte: FETICOM-RS/Comunicação CONTRICOM